MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA

BRASÍLIA
2020

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA

Elaborado pela equipe de apoio à Diretoria de Educação a Distância
Prof. Dr. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira (UFOP)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof.ª Dra. Heloisa Candia Hollnagel (Unifesp)
Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda (Unifesp)
Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno (Unifesp)

A partir do Projeto original do PNAP elaborado por:
Prof.ª Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (Uneb)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (Enap)
Prof.ª Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (Uneb)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Ufam)
Prof.ª Dra. Vanessa Costa e Silva (Fiocruz)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) baseque deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma redenacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs(Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento do Programa. Destacamos: os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (Ufes) e Cledinaldo Aparecido Dias (Unimontes).

1 Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso: Curso de Especialização de Gestão Escolar
b) Proponente: Universidade Estadual do Ceará - UECE
c) Público-alvo: Profissionais e demais interessados no setor público, em especial com interesse e ou atuação nos municípios.
d) Número de vagas: Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.
e) Formas de ingresso: Definido conforme resolução, em vigor, que estabelece normas para os cursos de pós-graduação lato sensu a distância da Universidade Estadual do Ceará - UECE (aperfeiçoamento e especialização).
f) Duração do curso: O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.
g) Previsão para início das atividades: Fevereiro de 2025

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, consequentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelasInstituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentoslegais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das

necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do

status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativaspassaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa deatender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na

gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;

II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;

III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;

IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas daatualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

A criação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) se deu por meio da com a Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE.

Sua concepção é fruto da união das seguintes instituições: Escola de Enfermagem São Vicente de Paula (1943), Faculdade de Filosofia do Ceará (1950), Escola de Serviço Social de Fortaleza (1953), Escola de Administração do Ceará (1961), Faculdade de Veterinária do Ceará (1963), Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (1968) e Televisão Educativa do Ceará - Canal. Ao se consolidar como universidade, outros cursos de graduação foram sendo gradualmente criados, somando-se aos primeiros já se encontravam em funcionamento.

Desde o seu nascimento, a UECE está organizada em uma estrutura multicampi, que privilegia o ensino da graduação e da pós-graduação (lato e stricto sensu), a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica. Atualmente, seus cursos são distribuídos em centros e faculdades, órgãos de Execução Programática, que têm por finalidade supervisionar, mediar, integrar e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão em campos

de conhecimento específicos, delimitados administrativamente.

Quanto a inserção da UECE em atividades relacionadas educação a distância (EaD), esta ocorreu na segunda metade da década de 1990, mas suas ações estavam vinculadas quase que exclusivamente a cursos associados ao Centro de Educação. Entretanto, este padrão começou a ser mudado em 2005, quando a UECE participou do primeiro edital para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância em parceria com a Universidade de Brasília, integrando um consórcio para oferta do curso de Licenciatura Plena em Letras.

Com o intuito de ampliar seu raio de ação na oferta de educação superior na modalidade EaD, a UECE, que já contava com a oferta de um Curso de Administração na forma presencial, participou do consórcio interinstitucional para oferta do curso de graduação em Administração, com a finalidade de atender à demanda das empresas estatais em termos de qualificação dos seus servidores públicos.

Como consta no site da UAB: “O curso-piloto de Administração a distância do Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB é uma parceria entre o MEC-SEED, Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior. (...)”

Em cada unidade da federação, as universidades definirão os locais dos pólos regionais e sua infra-estrutura para atendimento aos estudantes nos momentos presenciais. O estudante será acompanhado por um processo de tutoria que permitirá o monitoramento direto do desempenho e do fluxo de atividades, facilitando a interatividade e identificação de possíveis dificuldades de aprendizagem.

O projeto político pedagógico do curso de Administração na modalidade a distância foi pensado em conjunto com as outras 27 (vinte sete) instituições integrantes do consórcio formado para realização do Curso Piloto. Por outro lado, ressaltem-se que as discussões e soluções encontradas procuravam deixar margens para que características locais fossem agregadas ao projeto de cada instituição, bem como para garantir a autonomia das Universidades na definição de suas ações.

A partir desta experiência inicial, a UECE passou a se engajar de forma mais efetiva na ação nacional, promovida pela UAB, voltada para a disseminação de EaD, diversificando suas ações ao participar de editais da UAB para oferta de vagas nos polos de apoio presencial distribuídos pelo Ceará, ampliando, assim, sua capilaridade pelo interior do estado.

Com isso, os cursos que utilizam a modalidade de EaD passaram a fazer parte do cotidiano de todos os seus Centros e Faculdades. Este fato, justificou a consolidação da Secretaria de Educação a Distância – SEaD, que tinha sido criada em 2007, passando a ser o órgão responsável pela articulação da EaD com as unidades de ensino da UECE, modificando e ampliando uma situação que antes estava restrita somente aos cursos de graduação no Centro de Educação. Em 2011, a SEaD passou por uma reestruturação, tendo em vista que seu objetivo não seria mais somente coordenar os cursos na modalidade a distância, mas gerenciar e promover a mediação didático-pedagógica nas ações educacionais presenciais e a distância, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação, o que implicou na mudança em sua denominação para Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE/UECE).

Atualmente, além dos 11 campi em funcionamento, sendo 03 em Fortaleza e 08 no interior do Estado, a saber: Faculdade de Filosofia Dom Aureliano – FAFIDAM em Limoeiro do Norte; Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, em Quixadá; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI, em Iguatu; Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, em Crateús; Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI, em Itapipoca; e Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC, em Tauá, a UECE também tem atuação nos seguintes polos de apoio presencial relacionados à UAB: Aracoiaba, Barbalha, Beberibe, Brejo Santos, Campos Sales, Caucaia, Crateús, Fortaleza, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Maranguape, Mauriti, Missão Velha, Orós, Piquet Carneiro e Quixadá, sendo que ainda e existe possibilidade de atuação nos outros 20 (vinte) polos da UAB existentes no Ceará .

7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Escolar a distância está planejado paraser ofertado nos Polos de Apoio Presencial relacionados à UAB, mas também por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). A existência de 39 polos de apoio presencial em 37 dos municípios cearenses facilita o modelo blendedlearning, em que não somente os recursos de tecnológicos de informação e comunicação são importantes, mas também

a presença de profissionais formados para atendimento ao estudante, quer presencialmente, quer por meio das TICs.

Para isso, não restam dúvidas do quanto é fundamental a participação da UECE nos editais da UAB para ofertas desses cursos, assim como a realização de parcerias com outras organizações no âmbito público, como o Tribunal de Contas do Estado, Secretarias de Governo etc.

No ano de 2006, o MEC lançou o Edital de Seleção UAB nº 01/2006-SEED/MEC/2006/2007, para a oferta de cursos de Graduação, Licenciatura Plena, a distância. Neste Edital, a UECE apresentou a proposta de oferta de sete cursos de licenciatura – Física, Química, Ciências Biológicas, Matemática, Pedagogia, Informática e Artes Plásticas – que, aprovadas, tiveram suas atividades iniciadas em 2009.

A proposta da UAB/UECE, no que tange à oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de educação a distância, busca incorporar o uso das novas tecnologias e o crescente grau de interatividade que tem permitido alterar as relações de tempo e de espaço, caminhando para uma convergência entre o real e o virtual. Isso leva a redefinir os limites entre o que seja educação presencial e educação a distância e a criação de um modelo de oferta que, na literatura internacional, se denomina blendedlearning, e que se pode traduzir como cursos híbridos.

8 Aspectos institucionais

Desde o seu nascimento, a UECE se organiza em uma estrutura multicampi, privilegiando o ensino da graduação e da pós-graduação (lato e stricto sensu), a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica. Atualmente, seus cursos são distribuídos em centros e faculdades, órgãos de Execução Programática da UECE, que têm por finalidade supervisionar, mediar, integrar e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão em campos de conhecimento específicos, delimitados administrativamente. Conta ainda, no âmbito da atenção aos cursos na modalidade a distância, com a SATE/UECE.

Por ser uma universidade estadual, de natureza pública, a UECE está integrada aos modelos organizacionais do estado, estabelecendo um diálogo com diversas instâncias governamentais, de modo a buscar a flexibilidade de processos e de procedimentos administrativos. Com isso, visa manter a sua autonomia como instituição universitária, ainda que com vinculação a outros níveis de planejamento e de regulação,

seja no âmbito municipal e estadual, bem como no contexto federal. O seu caráter multicampi tem, portanto, uma identidade que a diferencia de outras instituições universitárias, uma vez que exige maior interdependência institucional, com gerenciamento descentralizado e decisões adequadas a distintos contextos.

8.1 Missão

Produzir e disseminar conhecimento científico e tecnológico, formar profissionais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e para a promoção do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

8.2 Princípios e valores

As ações da UECE são pautadas por princípios e valores democráticos e acadêmicos alicerçados na produção crítica do conhecimento e na abertura ao diálogo com os diversos setores da sociedade.

Esses princípios e valores, a seguir apresentados, constituem um conjunto de ideais integrados que balizam o processo decisório e o comportamento da universidade, objetivando o cumprimento de sua missão e de seus objetivos institucionais.

8.3 Visão de Futuro

Ser uma universidade integrada à sociedade, com destaque no cenário nacional e internacional, pela qualidade do ensino e a relevância de sua pesquisa, e com contribuição relevante para a elaboração e a execução de políticas e programas públicos estaduais relevantes para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Ceará.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar

O curso de Especialização em Gestão Escolar visa mobilizar a diversidade de conhecimentos invocados no processo político, quanto à sua natureza, produtores de espaços institucionais. Nesse sentido, é de suma importância problematizar as mudanças de paradigmas no que diz respeito à escola e à sua gestão, sobretudo em dois domínios: (a) a escola (individualmente considerada) torna-se a unidade de gestão do sistema, e o "sistema escolar" torna-se um "sistema de escolas"; (b) a "gestão corporativa" (vista como emanação da função docente) dá lugar a uma "gestão profissionalizada" (centrada nas técnicas de gestão empresarial). (BARROSO, 2009, p. 992).

A oferta deste curso coloca a gestão escolar como objeto de estudo que vislumbra uma formação que problematiza as especificidades dos modelos e as sobrecargas técnicas e políticas. Portanto, a justificativa de sua oferta se fortalece, na medida em que não se restringe em promover uma dimensão pragmática de preparação direta dos profissionais da educação para o trabalho administrativo ou para ascensão na carreira. Mas, comprometendo-se com o rigor acadêmico, como forma de preservar a sua qualidade. Nesse sentido, desponta como potência para refletir sobre um conjunto de mudanças e permanências que se movimentam dialeticamente de formas tensionadas e interligadas a conceitos que ora se aproximam, ora se distanciam, mas forjados de possibilidades que se conectam na teoria e na prática.

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) tem assumido em sua trajetória a formação de profissionais graduados e pós-graduados em diversas áreas. O curso de especialização em Gestão Escolar contribui para o fortalecimento da expansão da pós-graduação na UECE, e em particular, na oferta de vagas na Faculdade de Educação do Campus de Itapipoca (CE). A especialização em Gestão Escolar vem para ampliar a oferta de cursos lato sensu, em nossa Unidade, dado que reitera o compromisso da UECE com a formação de recursos humanos especializados.

I. Foco do curso:

Os cursos de especialização da Universidade Estadual do Ceará oferecidos no Programa Universidade Aberta do Brasil apresentam uma configuração aberta, sendo:

a) aulas presenciais: constando de 8 horas, sendo 4 na abertura e 4 horas no fechamento de cada disciplina. Na impossibilidade de acontecer aulas presenciais nos polos, os encontros ocorrerão de forma síncrona considerando a mesma quantidade de horas, em salas da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), gravadas e disponibilizadas na página do curso, para uso pelos alunos;

b) atividades on line no AVA Moodle: as atividades relativas a cada disciplina, estarão disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem, em que os alunos, por interação remota, de forma assíncrona, realizam. Existem atividades individuais e coletivas, em que as interações ocorrem com uso das tecnologias digitais da informação e comunicação.

c) Orientação de TCC: as orientações de TCC ocorrem no AVA Moodle ou com uso de outros recursos digitais, podendo ocorrer um encontro presencial no polo para orientação. A defesa pública ocorrerá de forma presencial, com carga horaria prevista de 2 horas.

d) As atividades presenciais se realizam no polo de apoio presencial, nas sextas-feiras a noite de 18h30 as 22h30 e nos sábados pela manha, de 8h00 as 12h00. Em alguns polos da Região Metropolitana de Fortaleza, os encontros presenciais acontecem das 8h00 às 12h00 e de 13h30 as 17h30.

II. Aporte da UECE para a realização deste curso pela SATE (estrutura na capital e no interior)

Os cursos, quando propostos no escopo de um Edital da CAPES são financiados com recursos do governo federal. No caso deste curso, por ser uma demanda da Secretaria de Educação Básica do MEC, os recursos são provenientes do proprio MEC. A SATE é a unidade executora dos cursos da UECE no Sistema Universidade Aberta do Brasil, vinculada diretamente à reitoria e possui infraestrutura propria e equipe multidisciplinar que integra os quadros da UAB local, remunerados em forma de bolsa CAPES.

9.1. Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;

II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;

III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.1 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

9.1.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

9.1.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outrasorganizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.2 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.2.1 Módulo I

O módulo I é composto por seis disciplinas/atividades, de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas. Dessa forma, ele contemplará as 5 disciplinas básicas do PNAP e a disciplina específica de Projeto Pedagógico.

Módulo I		
Ord.	**Disciplina**	**C.H.**
1	Introdução à EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
	Total de C.H.	**180**

A função do Módulo I é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo dos Módulos II e III, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.2.2 Módulo II

O módulo II será composto por três disciplinas/atividades de 30 horas e três de 45 horas, perfazendo um total de 195 horas. Este módulo iniciará pelo TCC 1, no qual os alunos já serão alocados a orientados para o desenvolvimento do seu projeto inicial.

Módulo II		
Ord.	**Disciplina**	**C.H.**
1	TCC 1	45
2	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
3	Gestão de Pessoas na Escola	30
4	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
5	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
	Total de C.H.	**195**

9.3.3. Módulo III

O módulo III composto será por duas disciplinas/atividades de 30 e 45 horas, respectivamente, perfazendo um total de 75 horas. Este módulo incluirá o TCC 2, no qual os alunos focarão na coleta e análise de dados para entrega do TCC final.

Módulo III		
Ord.	**Disciplina**	**C.H.**
1	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30

2	TCC 2	45
	Total de C.H.	**75**

O curso compreende uma carga horária total de 450 horas.

9.3.4. Ementário

Disciplina 1 – Introdução à EAD

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA
Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a "Nova Gestão Pública"; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness:* as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010. DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA
Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).
REFERÊNCIAS BÁSICAS
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. RICHARDSON, Roberto Jarry *et al*. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Disciplina 6 – Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

EMENTA
Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999. AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008. DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997. DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008. LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais**. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselho-das-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais. Acesso em: 26 jun. 2009.

Disciplina 7 – TCC 1

EMENTA
O objeto de pesquisa. A construção da justificativa. Definição de Objetivos e Métodos de pesquisa. As técnicas e tipos de revisão de literatura. A elaboração do Projeto de Pesquisa.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. ”“ 3 ed. ”“ Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de método na construção da pesquisa em Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015

Disciplina 8 – Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

EMENTA
Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FARENZENA, Nalú. **Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. Porto Alegre: FACED/UFRGS, 2007. GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003. LIBÂNEO, José Carlos *et al*. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008. MENDONCA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disciplina 9 – Gestão de Pessoas na Escola

EMENTA
Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: uma Gestão Paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 10 – Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Fábio. **Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. *In*: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos**: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais**: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários**: abordagem prática. São Paulo: Loyola,1995.

Disciplina 11 – Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplina**r. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação** - Contrato Administrativo e Sanções Penais. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

Disciplina 12 - Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1787/b25efab8-en. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_ referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1787/b25efab8-en. Acesso em: 24 mar. 2020.

Disciplina 13 – TCC 2

EMENTA
O relatório de pesquisa (Trabalho de Conclusão de Curso): a introdução, a estrutura organizacional dos capítulos e as considerações finais; a edição do texto conforme regras e normas da ABNT; a organização da apresentação do TCC
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. ”“ 3 ed. ”“ Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010. GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de método na construção da pesquisa em Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;

- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 Corpo discente

O ingresso no curso se dará por seleção pública. As chamadas públicas são elaboradas pela Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE) da UECE e recebem ampla divulgação nas páginas oficiais da instituição e em suas redes sociais.

10.2 Corpo docente

O corpo docente do Curso de Especialização em Gestão Escolar é composto por professores formadores e tutores presenciais e a distância. Para com este quadro, tendo em vista o que determina a Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, serão realizadas chamadas públicas para realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Para os tutores (presenciais e a distância), será exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, e para os professores será exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior, para a categoria Professor Formador I, e formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior para Professor Formador II. Também será dada preferência ao quadro de servidor público docente concursado da UECE, sendo admitido o preenchimento das vagas por professores externos no caso de não preenchimento das vagas por estes docentes.

A SATE considera que as atribuições para Tutor(a) Presencial são as seguintes:

a) Ajudar cada aluno a planejar sua aprendizagem e motivar seu envolvimento com o curso;
b) Mapear e registrar, conjunta e periodicamente, com cada estudante: os interesses, as necessidades e as habilidades desenvolvidas e a serem exploradas no que tange a proposta pedagógica do curso;
c) Incentivar cada aluno a acompanhar e realizar todos os trabalhos acadêmicos solicitados;
d) Organizar, conduzir e acolher grupos de alunos para estudos no polo. e) Incentivar a criação e manutenção de comunidades de interesse on-line entre os estudantes;
e) Incentivar a leitura de livros acadêmicos e de literatura em geral, fomentando o hábito de leitura nos estudantes;
f) Atuar como mediador junto aos alunos e aos conteúdos, facilitando o enfrentamento, por parte dos alunos, de suas contradições e inconsistências cognitivas;
g) Atuar como mediador e facilitador nas discussões acadêmicas presenciais, mantendo uma postura acolhedora;
h) Organizar e participar dos encontros presenciais;
i) Estabelecer agenda de estudo com cada aluno, respeitando os tempos e espaços dele;
j) Acompanhar as atividades pedagógicas propostas nas disciplinas/módulos/blocos temáticos do curso;
k) Informar aos professores e tutores a distância todas as questões pedagógicas referentes a cada aluno como, por exemplo, ausências, afastamentos, dificuldades cognitivas, alternativas de superação delas;
l) Elaborar relatórios mensais sobre a turma sob sua responsabilidade;
m) Registrar casos particulares de dificuldades pedagógicas e encaminhá-las ao tutor à distância, ao professor e ao coordenador do curso;
n) Participar das reuniões de planejamento e de capacitação dos tutores periodicamente, de acordo com os horários estabelecidos pela coordenação do curso, sempre que for convocado;
o) Responsabilizar-se por preparar e coletar a frequência dos alunos nos momentos presenciais;
p) Apoiar na sala de aula ou no laboratório de informática do polo, a realização das avalições das disciplinas do curso;

q) Dar suporte ao professor nas atividades de campo, laboratório ou outras atividades curriculares que envolvam espaços pedagógicos fora os polos;
r) Ser capaz de realizar acompanhamento e orientações de trabalhos de monitoria acadêmica, extensão universitária e iniciação a pesquisa nos cursos de graduação ou nos cursos de especialização;
s) Ser capaz de dar apoio ao trabalho de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Graduação ou Monografia na especialização;
t) Outras atribuições pertinentes à função.

Já para os tutores a distância, a SATE considera as seguintes atribuições:

a) Participar de cursos de capacitação em tutoria, reuniões acadêmicas ou de integração;
b) Assessorar os professores em todas as atividades que se fizerem necessárias ao bom andamento do curso;
c) Conhecer detalhadamente os materiais, procedimentos e recursos tecnológicos utilizados na disciplina;
d) Auxiliar os professores na realização de trabalhos práticos, teóricos e experimentais e na seleção e organização de materiais de apoio que deem sustentação teórica qualificada para o desenvolvimento das disciplinas do curso;
e) Realizar estudos teóricos sob orientação dos professores do curso;
f) Manter diálogo constante com os tutores presenciais dos polos sobre a realização das atividades dos alunos;
g) Incentivar o aluno para o uso das tecnologias valorizando o estudo e a experiência de cada um;
h) Estimular os alunos na realização das atividades inerentes a cada disciplina do curso;
i) Auxiliar e orientar os alunos no uso da plataforma Moodle;
j) Facilitar e acompanhar o acesso dos estudantes aos enfoques e às atividades temáticas;
k) Promover a sistematização e aprofundamento dos conteúdos veiculados através de comentários, esclarecimentos de dúvidas, explicitação de conceitos, respostas a questionamentos e solução de problemas;
l) Providenciar a abertura dos Fóruns e mediar as discussões na sala de aula virtual conforme planejamento prévio;

m) Disponibilizar e fornecer informações, acompanhar e orientar as atividades propostas das disciplinas e os trabalhos realizados, esclarecendo dúvidas e respondendo com presteza os e-mails recebidos dos alunos;
n) Participar de todas as atividades on-line ou off-line sugeridas pelo professor e/ou coordenação;
o) Analisar o desempenho dos alunos e propor procedimentos que melhorem o seu rendimento, quando necessário;
p) Estar atento ao nível de interatividade dos alunos para identificar quais não estão interagindo e tentar resgatar a relação interativa;
q) Manter registro atualizado sobre as ausências, realizações de atividades, dificuldades e solicitações dos alunos;
r) Emitir relatórios sobre a situação dos alunos e encaminhá-los periodicamente aos professores e coordenadores de curso;
s) Participar dos encontros presenciais com professores e/ou coordenação, quando necessário;
t) Realizar acompanhamento e orientações de trabalhos de monitoria acadêmica, extensão universitária e iniciação a pesquisa nos cursos de graduação ou especialização;
u) Acompanhar e apoiar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
v) Participar ativamente de grupos de estudos e/ou grupos de pesquisas propostos e gerenciados pela Coordenação do Curso, visando produzir conhecimento científico sobre ferramentas tecnológicas usadas na educação e aspectos gerais ligados a educação a distância e a área específica de conhecimento do curso de graduação ou especialização ao qual está vinculado;
w) Outras atribuições pertinentes à função.

Em relação ao professor formador, que é considerado o responsável pela disciplina do curso, deve estar à disposição para esclarecimento de dúvidas dos estudantes e/ou tutores a partir de cronograma estabelecido junto a cada docente.

No que diz respeito à dimensão do acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, a SATE elenca as seguintes atribuições para o do professor formador I e II:

a) Participar dos cursos e reuniões para aprofundamento teórico relativo aos conteúdos trabalhados nas diferentes áreas;
b) Planejar e definir, com a coordenação e tutores, o cronograma das atividades da disciplina de acordo com o calendário geral do curso;
c) Analisar o material didático da disciplina bem como indicar textos e fontes de pesquisa complementar, quando for o caso;
d) Organizar a apresentação de slides da disciplina para posterior gravação de vide aula;
e) Elaborar e corrigir as avaliações a distância, ou auxiliar na sua correção por parte dos tutores, neste caso disponibilizando os gabaritos respectivos;
f) Elaborar avaliações que deverão ser compostas por, pelo menos, uma avaliação parcial (NPC) e uma avaliação final (NEF) e suas respectivas segundas chamadas ou banco de questões para as provas online,
g) Definir as ações de interação a distância (Fórum, Chat, Diário, etc) no AVA, elaborando as problematizações e auxiliando os tutores no seu funcionamento;
a) Preencher o Diário da Disciplina que é responsável e entregá-lo no prazo estabelecido pela Coordenação do Curso;
b) Selecionar materiais didáticos, em mídias variadas, para a disciplina;
c) Conhecer e participar das discussões relativas à confecção e uso de material didático;
d) Auxiliar os Tutores no processo de orientação aos alunos;
e) Participar de encontros com os outros professores pesquisadores do curso para dar unidade ao conteúdo do semestre;
f) Preparar aulas de videoconferência e webconference;
g) Elaborar conteúdos a serem disponibilizados na internet;
h) Estimular os alunos em momentos de dificuldades para que não desistam do curso;
i) Participar ativamente do processo de avaliação e recuperação de aprendizagem;
j) Assumir orientação de Trabalhos de Monografia de alunos;

10.3 Equipe multidisciplinar

Os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar ficam subordinados diretamente à Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE) da UECE, acompanhando o andamento de todos os cursos na modalidade EaD ofertados pela instituição.

Para compor o quadro da equipe multidisciplinar é realizada seleção pública, em que os candidatos devem apresentar no mínimo os seguintes requisitos:

a) Ser servidor público docente concursado, do quadro da instituição. 3.1.2. No caso de não preenchimento das vagas por docentes da UECE, será admitida a participação de professores externos;
b) Possuir formação completa em nível superior e, no mínimo, especialização concluída;
c) Cumprir pelo menos uma das seguintes condições: (a) Possuir experiência mínima de 3 anos no Magistério Superior (bolsista nível I), ou; (b) Possuir experiência mínima de 1 ano no Magistério Superior (bolsista nível II);
d) Ter disponibilidade para cumprir, presencialmente, a carga-horária de trabalho na SATE ou nas Unidades ofertantes dos cursos UAB/UECE, conforme agenda de trabalho a ser estabelecida junto à Coordenação UAB/UECE.

A funções a serem desempenhadas pela equipe multidisciplinar da UECE são os seguintes:

a) Gestão financeira dos convênios UAB/UECE;
b) Gestão de Chamadas Públicas e ações de formação em serviços das equipes dos cursos;
c) Suporte tecnológico para integração dos Sistema Acadêmico (SisAcad) e Sima;
d) Gestão do Moodle;
e) Gestão de material didático;
f) Gestão de indicadores de rendimento e desempenho dos alunos;
g) Suporte ao desenvolvimento de Atividades Complementares e Curricularização da Extensão;
h) Acompanhamento de programas e projetos especiais;

10.4 Docentes que participam da gestão do curso

Os docentes que responderão pela gestão do curso de Especialização em Gestão Escolar, tendo em vista o que designa a Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, serão escolhidos mediante seleção pública, como os seguintes requisitos mínimos:

a) Formação de nível superior e experiência de 3 (três) anos no magistério superior;

b) Ter conhecimento básico do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;
c) Fazer parte do corpo docente das Universidades estaduais do Ceará ou técnico-administrativa da UECE, podendo estar na condição de ativo ou inativo;
d) Familiaridade com o uso do computador, internet e demais recursos de informática;
e) Disponibilidade de carga horária para realizar atividades inerentes à função de Coordenador de curso ou de Coordenador de tutoria em horário flexível de segunda-feira à sábado, inclusive para viagens de acordo com a necessidade do curso

A seguir, elenca-se as funções do coordenador do curso e do coordenador de tutoria:

Coordenador de curso:

a) Organizar administrativa e academicamente o curso;
b) Acompanhar e avaliar o processo de execução do curso nos Polos;
c) Presidir o Colegiado do Curso, constituído pelos Professores (Conteudistas e Formadores), Tutores (a distância e presencial); e,
d) Outras funções relativas ao cargo que possam surgir.

Coordenador de Tutoria:

e) Apoiar o Coordenador de Curso nos polos de apoio presenciais;
f) Apoiar o Coordenador de Curso em atividades de pesquisa e extensão universitárias relativas ao curso;
g) companha o desenvolvimento das atividades da Tutoria a distância em relação ao estudo das unidades através do AVA Moodle, assim como as atividades inerentes à tutoria presencial;
h) Orientar a respeito da preparação do material da disciplina; b) Preparar materiais para capacitação de Tutores;
i) Supervisionar a entrega das provas e trabalhos com os respectivos gabaritos, quando for o caso;
j) Intermediar as possíveis dificuldades de comunicação entre professores e tutores e a demanda dos tutores
k) com vistas ao correto andamento da disciplina;
l) Oferecer suporte ao Coordenador do Curso nas questões que envolverem os professores das disciplinas, como seleção e treinamento;
m) Supervisionar as trocas de mensagens ocorridas entre alunos e Tutores; e,

n) Outras funções relativas ao cargo que possam surgir.

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- processos próprios de orientação e avaliação;
- monitoramento do percurso do estudante; e
- criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento

acadêmico e administrativo do curso;

- manutenção dos núcleos tecnológicos na Universidade Estadual do Ceará e nos Polos, que deemsuporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Universidade Estadual do Ceará.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se

relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail;

11.2 Encontros presenciais

Os encontros presenciais envolverão os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso, notadamente aqueles que atuam nos polos de apoio presencial. Entretanto, o planejamento é feito com a supervisão da coordenação, mas sob a tutela dos professores formadores que definirão ações a serem desenvolvidas presencialmente, que podem envolver: realização de provas, apresentação de palestras, aulas, realização de seminários, apresentação de pesquisas desenvolvidas, defesas de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica e a aulas para abertura e fechamento de disciplinas que no curso serão denominadas de Encontro Inicial (EI) e Encontro Final (EF).

A finalidade do EI é fazer a predição da disciplina, ou seja, dar oportunidade ao aluno, através de atividades planejadas pela equipe pedagógica, de conhecer de modo geral os conteúdos da disciplina, sua importância para o curso e para a formação do especialista

em Gestão Escolar, bem como conhecer sua aplicação e/ou relação com mercado/sociedade/Estado.

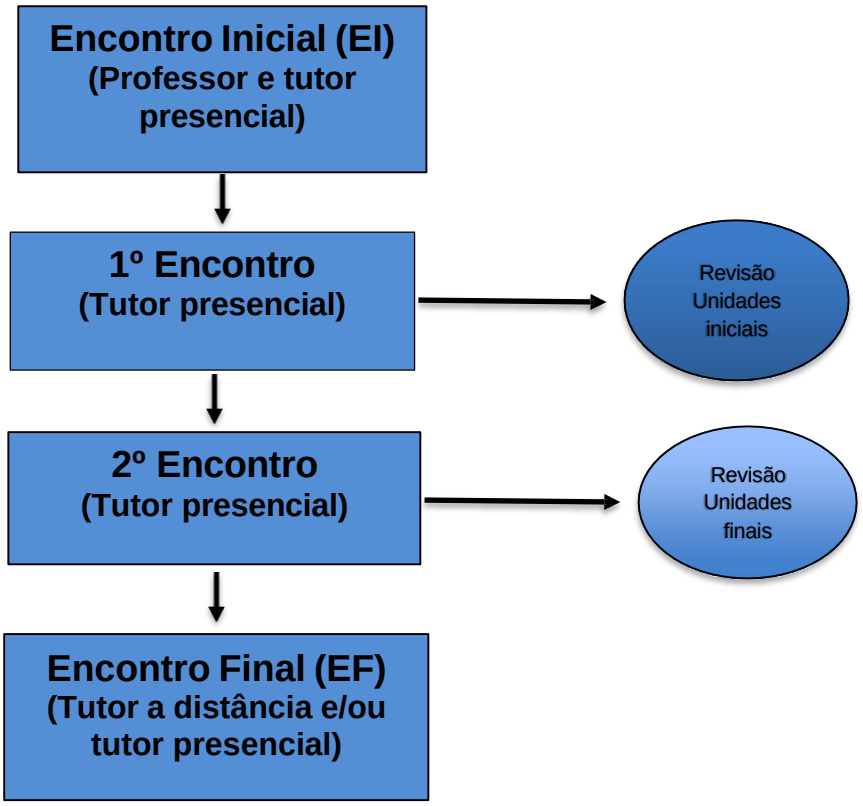
Considerando as especificidades dos cursos de gestão escolar, em que muitas vezes não é possível um professor para cada turma/polo de apoio presencial, a coordenação deverá fazer um rodízio para indicar qual turma/polo de apoio presencial irá contar com a presença do professor ou professores da disciplina. Os outros polos participarão da aula unicamente com a presença do tutor presencial, que conduzira as atividades, caso tenham sido planejadas pelos professores, ou simplesmente acompanharão os estudantes na transmissão da aula por web conferência, por meio da RNP ou outra plataforma que melhor atender às necessidades tecnológicas dos polos de apoio presencial.

Já os EFs, visam na maioria das vezes, levar os alunos a desenvolverem e/ou apresentar pesquisas teórico-empíricas. Esta atividade além de seu caráter cognitivo busca desenvolver nos alunos competências e habilidades essenciais aos egressos de cursos de administração: trabalhar em equipe, liderança, iniciativa, autonomia, criatividade, habilidade oral etc., além de primar pela socialização dos estudantes. Para consecução deste encontro, caso os professores formadores tenham planejado atividades de seminários ou semelhantes, o polo poderá contar também com a participação do tutor a distância nestas atividades. Sendo prescindida a sua presença quando se tratar apenas de aplicação de prova.

Os encontros com o tutor presencial, por sua vez, consistem na promoção de atividades para rever o conteúdo das unidades iniciais e finais, por meio de encontros individuais ou em grupo, para estimular não somente a aprendizagem do conteúdo programático, mas também a socialização e a motivação para realização das atividades.

A Figura 1 esquematiza a dinâmica dos encontros presenciais em que tutores e professores formadores se alternam no atendimento das demandas dos alunos:

Figura 1 – Fluxograma dos Encontros Presenciais



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem

didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Escolar.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação de aprendizagem

Na UECE, a sistemática de avaliação do processo de ensino-aprendizagem para os cursos Latu Senso é regida pela Resolução Nº 930/CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, que determina o seguinte:

Art. 21 - A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina, através de seminários, oficinas e estágios, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência, ambos

eliminatórios por si mesmos.

§ 1º - Entende-se por assiduidade a frequência às disciplinas e a outras atividades exigidas, ficando reprovado o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) dessas atividades.

§ 2º - Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno aos estudos, abrangendo a assimilação progressiva do conhecimento e o domínio do conjunto da matéria lecionada.

Art. 22 - A avaliação do rendimento em cada disciplina do curso far-se-á por um ou mais dos seguintes meios de aferição: provas, exames, trabalhos, projetos, assim como participação geral nas atividades da disciplina.

§ 1º - A avaliação de que se ocupa este artigo, será expressa em resultado final através de uma escala numérica de notas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

§ 2º - Considerar-se-á aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades desenvolvidas e nota final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero).

13 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: celular e web conferência,

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: fóruns, e-mails, chat por celular e outros que possam surgir por demanda da UECE e dos estudantes.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas. Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como

processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

REFERÊNCIAS

BARROSO, João (2009). A utilização do conhecimento em política: o caso da gestão escolar em Portugal. In: Educação & Sociedade. Revista de Ciências da Educação. Campinas (Brasil): Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), vol. 30, nº 109, pp. 987-1007.